Parte I – Situando o cenário nacional e internacional e os condicionantes do modelo brasileiro

Financiamento em estados neocorporativistas

Ivan Jacson Preuss
Jerson Vicente Fontana

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PREUSS, I.J., and FONTANA, J.V. Financiamento em estados neocorporativistas. In: ROTTA, E., LOPES, H. C., and ROSSINI, N., eds. *O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 165-182. ISBN: 978-85-64905-82-5. <https://doi.org/10.7476/9788564905832.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

FINANCIAMENTO EM ESTADOS NEOCORPORATIVISTAS

Ivan Jacson Preuss

Jerson Vicente Fontana

1 INTRODUÇÃO

É curioso observar como o Brasil, numa economia com tanto dinheiro circulando no mercado de capitais, necessite de tanto esforço para financiar o setor produtivo. E, ainda, que o país tenha se constituído, na primeira década do século XXI, como um Capitalismo de Estado Neocorporativista, o que significa que o governo pode fazer forte intervenção na economia, a margem de manobra a fim de carrear recursos para setores considerados estratégicos não é tão simples como poderia parecer.

Para compreender o esforço do país no intuito de recuperar a autonomia do Estado na definição de uma política de investimento no setor produtivo, é necessário observar que anteriormente a essa determinação pela autonomia, houve duas décadas de estagnação econômica, compreendendo o final do século XX e os primeiros anos do século XXI, que necessitaram ser superadas. Contudo, o Brasil conseguiu retomar a capacidade de investimento e assim estruturar, ainda que minimamente, as áreas do planejamento e do desenvolvimento. Essa tripla ação, que envolve planejamento, investimento e desenvolvimento, ocorre em função de uma reorientação dos conceitos até então vigentes, pois, se no período anterior,

no qual predominou a visão neoliberalizante da economia, a participação do governo era voltada para a preparação de condições para o mercado atuar, procedendo para isso as privatizações, desregulamentação financeira e abertura de fronteiras para o comércio internacional, no período em questão, o governo coordenou um processo de planejamento. Não se quer afirmar que o governo tenha agido sozinho, pois notadamente houve a participação de diferentes setores, tais como as empresas, o setor financeiro e as instituições, mas é possível destacar que o Estado assumiu o papel de organizador principal do processo (CARDOSO, 2014, p. 87-98). E uma das ações do governo nesse processo foi o financiamento interno da economia brasileira, sem o qual se tornava difícil resolver o problema do desenvolvimento tanto econômico como social. Como não havia uma estrutura de financiamento pública, e sendo a participação privada nesse quesito quase irrelevante, o governo tratou de identificar fontes com financeiras, com possibilidade de serem acessadas para tal e encaminhou a formulação de políticas específicas para o setor.

No presente capítulo, que além desta introdução e das considerações finais possui outros quatro itens, tratamos sobre a importância das decisões na gestão de um capitalismo de Estado Neocorporativista, designação pela qual tem sido caracterizado o período brasileiro a ser analisado. Na sequência, será abordada a autonomia que essa configuração do Estado possui e como ela possibilita que as instituições financeiras públicas atuem no campo dos investimentos e, mais ainda, a tentativa de viabilizar o financiamento em longo prazo. A seguir, fazemos uma abordagem do período neoliberal dos anos 1990, o qual provoca a diminuição da força do Estado e as influências que isso ocasionará para a reorientação que o Estado busca ter para uma atuação social, tema que constitui o último tópico.

2 CAPITALISMO DE ESTADO NEOCORPORATIVISTA E A GESTÃO DAS DECISÕES

É importante identificar em que consiste o Capitalismo de Estado Neocorporativista e, para tal, se faz necessário distinguir duas de suas configurações: uma delas é a dos países que tem forte intervenção na economia e que são capitalistas; a outra, a dos países ditos socialistas, os quais possuem estrutura administrativa e política que já se constituem como intervencionistas e, por isso, mais diretamente podem intervir, pois o próprio Estado é o dono dos meios de produção. Quanto à expressão “neocorporativismo”, ela designa a transição que ocorre em governo com hegemonia do partido trabalhista (COSTA, 2014a). Assim, o Capitalismo de Estado Neocorporativista, no caso do Brasil, é aquele ocorrido no período pós-2003, quando o Partido dos Trabalhadores assume o governo, o qual se caracterizou por ter forte intervenção na economia, num país capitalista, governado por uma visão trabalhista.

Mesmo com uma bandeira de progressista e de desenvolvimentismo, no entanto, até 2006-2007 o governo continuou a praticar parte da mesma política macroeconômica do governo anterior: superavit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados, crédito curto, etc. Com incentivo à expansão do consumo interno e exportações das *commodities* aquecidas pela China, o crédito público de longo prazo, especialmente aquele financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apresentou crescimento mais expressivo, alimentando uma pequena expansão da taxa de investimento (CANO, 2013).

Foi, portanto, apenas em período imediatamente posterior a esse que ficou visível na atuação do Estado brasileiro o seu viés neocorporativista. E não foi o único a fazer isso, pois nessa ondata implementação de políticas com viés de capitalismo de Estado, outros países, além do Brasil, têm atuado com força. Na China, por exemplo, as ações das empresas estatais somam oitenta por cento do valor do mercado total de ações e na Rússia

esse valor é levemente superior a sessenta por cento. No Brasil, esse percentual, apesar de ser menor do que o dos russos e dos chineses, é também muito expressivo, pois as ações das estatais representam trinta e oito por cento do total do mercado (COSTA, 2014b), e esse é um fator relevante para a autonomia desses governos na atuação do desenvolvimento endógeno. Aliás, como argumenta Costa (2012, p. 12), esse é um dos motivos de enveredar-se por essa opção governativa:

O Neocorporativismo é visto, nesse caso, como uma específica maneira de formação das opções políticas por parte da máquina do Estado. No Neocorporativismo, as grandes organizações representativas de interesses não se limitam a exercer pressões externas, como na democracia representativa, mas são envolvidas diretamente no processo de formação e de gestão das decisões. Seria o processo de buscar consenso na política econômica.

A gestão das decisões num Estado Neocorporativista, segundo o mesmo autor, também facilita a relação do governo com as forças de trabalhadores, pois com a assunção ao poder de forças emersas do meio trabalhista, podem ser realizados acordos estratégicos entre ambas, que propiciem o desenvolvimento da economia e, em decorrência disso, os trabalhadores possam ter sua vida melhorada por meio de ações que aumentem os salários e que fortaleçam as garantias trabalhistas.

E, por outro lado, as cobranças de sindicatos e de centrais sindicais podem tornar-se mais incisivas, pois é justamente dessas configurações de governo que os trabalhadores esperam obter mais respostas aos seus pleitos. Eles esperam como resultado das políticas implementadas: “pleno emprego, Estado de bem-estar social, proteção de direitos sindicais”, e esse embate de forças governistas e de trabalhadores deixa claro que “o sistema neocorporativista não é, portanto, ‘estratégia de dominação’, mas sim processo onde também as opções colocadas pelas organizações sindicais desempenham papel decisivo” (COSTA, 2012, p. 13).

Parece-nos, portanto, que num Estado Neocorporativista há um acordo inicial, mesmo que não escrito, entre esses agentes, ou seja, entre governo e classe trabalhadora, pois cada um desses setores espera o máximo do outro. Isso os leva a um estado permanente de vigilância, um com relação ao outro. E ambos, atentos ao desempenho da economia, pois, à medida que não se mantiver o bom andamento do crescimento econômico, esses atores principais podem agudizar suas relações e, com isso, colocar-se em risco um elemento central do sistema neocorporativista em estados democráticos, o de uma união voltada para os benefícios de cada participante do processo. Nesse aspecto, deve-se salientar que não menos importante do que a participação do governo e dos trabalhadores nesse acordo é a do empresariado.

A classe empresarial brasileira, numa referência abrangente que engloba os setores da indústria e do comércio, conviveu com diferentes e antagônicos modelos de economia nas últimas décadas. No período da Ditadura Militar, vigorou o “modelo econômico protecionista tutelado pelo Estado, voltado ao plano doméstico [que] contribuiu para a ausência da concepção de uma agenda autônoma do empresariado, sobretudo referente à política exterior” (SILVA, 2011, p. 14). Posteriormente a esse período veio o da liberalização da economia, que tinha como um dos seus pressupostos a abertura para o exterior, o que afetou enormemente a maior parte do empresariado do país, pois o setor produtivo estava em visível desvantagem frente ao mercado internacional. As reações a esse cenário não se fizeram em sintonia, ajudando a provocar uma desagregação do setor com forte desindustrialização e queda no setor comercial (SILVA, 2011, p. 15-16).

E, a partir de meados da primeira década do século XXI, quando passa a ocorrer forte investimento governamental no setor produtivo, o crescimento da economia brasileira reage positivamente. Entre 2004 e 2013, em taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) são aproximadamente 60% superiores ao que ocorreria nos vinte e dois

anos anteriores¹. Esse aumento do crescimento do PIB do Brasil também pode ser percebido quando comparado com o crescimento médio mundial, especialmente ao fazer-se uma relação desse período com igual período anterior. Se o crescimento brasileiro entre 1995 e 2002 representou apenas 67,6% da média mundial, entre 2003 a 2013 o crescimento do PIB do Brasil quase o iguala, chegando a 93,1% do crescimento médio mundial (INSTITUTO, 2016).

E esse crescimento, ainda que não tenha sido homogêneo e nem tenha proporcionado a reindustrialização do país, mostra que os investimentos em alguns segmentos são substanciais. Um dos segmentos que carrou mais atenção foi o das grandes empresas com inserção internacional, que se fortaleceram no cenário mundial com investimentos que ultrapassaram a cifra de cento e oitenta bilhões de dólares em 2010, o que representa um aumento superior a trezentos por cento nos quinze anos que antecederam essa data (ROCHA, 2014, p. 2). E, no plano interno, as empresas dos setores de alimento, bebida e construção civil, por exemplo, tiveram um alto desempenho econômico, em boa medida, nesse caso, pelas demandas geradas com o aumento salarial. E as empresas ligadas à infraestrutura, inseridas entre elas a área já mencionada da construção civil, tiveram estímulo direto ou indireto com os programas do governo federal. Assim, houve forte aquecimento econômico, em termos gerais, das empresas relacionadas à construção de moradias, rodovias, portos, aeroportos, edificações para a copa do mundo, mobilidade urbana, energia e minério.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) participou ativamente no financiamento a essas empresas, não só na realização desses empreendimentos, como também na viabilização financeira das fusões e aquisições ocorridas no setor empresarial (BELIEIRO JÚNIOR, 2014, p. 106-107).

1 No período de 2003 a 2013 o Brasil obteve uma taxa média de crescimento do seu produto interno bruto (PIB) de 3,52%, enquanto que entre 1981 e 2002 essa média foi de 2,10% (Fontes: FUNDAÇÃO e INSTITUTO. Cálculo dos autores).

3 AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E O INVESTIMENTO EM LONGO PRAZO

É importante destacar que somente com a grande depressão de 1929 é que se criaram condições para vários Estados Nacionais abandonarem, na prática, as doutrinas econômicas liberais e começarem a pensar em instituições financeiras públicas, com o objetivo explícito de sustentar o investimento privado em longo prazo, tendo sido os Estados Unidos o precursor. É nessa perspectiva que se promoveu a criação de bancos nacionais de desenvolvimento (BD) em diferentes regiões do mundo, entre os quais se destaca o caso brasileiro, com a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952 (FILHO, 2012).

O BNDE caracterizou-se, num primeiro momento, como agente do desenvolvimento, com suas atenções mais voltadas para o setor público, mas, já em 1964, passa a financiar grandes projetos de empresas privadas nacionais. Nos anos 1980, atua como agente de socorro de algumas empresas nacionais para evitar sua falência, e, a partir dos anos 1990, sua principal função passa a ser de gestor do Programa Nacional de Desestatização. Nos últimos anos, o crédito bancário de longo prazo em moeda nacional às empresas, no Brasil, tem sido uma atividade quase exclusiva desse banco (FILHO, 2012).

No caso brasileiro, é importante enfatizar que o próprio Estado é o principal ator nas iniciativas de financiamento da economia, tanto na tomada de decisões quanto na alocação dos recursos. Costa (2014b, p. 295) esclarece:

A especificidade brasileira está em ter setor público que coordena o desenvolvimento do país para superar seu atraso histórico. Mesmo em economia de mercado à la Ocidente, isto é, com livre iniciativa de seus empreendedores, a tendência predominante das “iniciativas particulares vencedoras” é se financiarem em instituições financeiras públicas federais – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Caixa

Econômica Federal (CEF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (Basa).

Com esse modelo, especialmente enquanto as ações privadas de desenvolvimento estão estacionárias, são os investimentos estatais os propulsores da atividade econômica. E, assim, encontram-se nesse modelo algumas variáveis que fortalecem o governo: a acomodação dos organismos de trabalhadores, que têm sua pressão enfraquecida perante o governo; um investimento direcionado para setores estratégicos e de interesse dos governantes e a supremacia do governo, frente ao setor privado, na definição das áreas econômicas a serem alavancadas. É o que a revista *The Economist*, citada por Costa (2014a, p. 298) confirma sobre esse assunto: “Parece que o capitalismo liberal está em retração por toda parte. E o estatal avança no vácuo”. E o mesmo periódico, para destacar seu ponto de vista em concordância com a forte atitude dos governos de vertente neocorporativistas, frente à alavancagem da economia, complementa: “O capitalismo de Estado atual representa significativo avanço sobre seus predecessores em vários aspectos”. Assim, configura-se o que tem sido denominado de Capitalismo de Estado Neocorporativista. E sendo essa atuação basicamente por meio das empresas e instituições financeiras estatais, é importante observarmos como esses setores têm se comportado nesse cenário, nos últimos anos.

4 A HERANÇA NEOLIBERAL DOS ANOS 1990

Na década de 1990, o Brasil, como em praticamente todo o Ocidente, foi varrido por uma onda denominada de neoliberal, a qual tinha como um dos principais marcos a diminuição do tamanho do Estado e, dentro dessa perspectiva, houve uma privatização em massa de empresas estatais. Essa onda de privatizações pode ser dividida em dois períodos. Na primeira metade da década, sob a “batuta” do governo Collor “foram privatizadas

33 empresas”, como informa Pinheiro (1999), acrescentando que foram obtidas “receitas totais de US\$ 8,6 bilhões”. É interessante perceber que as privatizações não seguiram um método aleatório ou simplesmente generalizado, pois é visível que “as empresas selecionadas para venda nessa fase da privatização tinham em comum o fato de pertencerem a setores relativamente competitivos ou para os quais o processo de liberalização comercial criaria um ambiente de competição” (PINHEIRO, 1999, p. 19).

Com o advento da queda por *impeachment* do presidente Collor, seu sucessor Itamar Franco não levou a efeito as privatizações planejadas. Ocorreu, então, a entrada de Fernando Henrique Cardoso na Presidência. Ele desfrutava de altíssimo prestígio popular, principalmente por ser identificado como o criador do Plano Real, o qual obtinha êxitos no combate à inflação, contando também com mais de dois terços do Congresso Nacional e, por essas facilidades, o segundo período de privatizações se intensifica. Vale salientar que a passagem desse presidente é um marco que confirma a adesão do Brasil à forte onda neoliberal que vicejava pela economia mundial. Fica evidente ainda que o liberalismo na economia necessitava de uma indispensável configuração política, para dar sustentação a ações altamente intervencionistas no Estado, direcionadas à diminuição drástica desse com a passagem de empresas públicas para o setor privado.

Ames (2003, p. 16) afirma que “os cinco partidos que apoiaram a candidatura de Fernando Henrique [...] somavam mais de 400 deputados, número suficiente para garantir a aprovação da legislação ordinária e até de emendas constitucionais”. Muito se esperava desse presidente e, por vários motivos, havia uma quase unanimidade nacional sobre os êxitos a serem obtidos por seu governo. Contava, para isso, a inquestionável biografia do presidente que, para além de ser volumosa, continha um diagnóstico bem-acabado dos problemas fundamentais do Brasil, vendo-se nesse aspecto a clareza necessária das questões a serem resolvidas. Outro fator que se somava ao otimismo nacional era o histórico recente da política e economia brasileiras: o fracasso econômico dos anos 1980, que ficaram

conhecidos como a década perdida, somados ao malfadado governo Collor, com o qual o país entrou na década seguinte. Não menos relevante era a situação dos partidos de oposição, que compunham a esquerda e se encontravam desarticuladas, com um discurso que, por ser favorável a um estado forte, contraditava com o modelo liberal, propagandeado como a grande solução dos problemas nacionais.

Apesar de um congresso favorável, privatizações levadas a efeito e a mídia (a mais concentrada do mundo) totalmente favorável aos projetos do governo, os efeitos dessas ações não confirmavam em popularidade e nem em melhoras substanciais das condições sociais do brasileiro. Áreas como as garantias dos trabalhadores, reformas de toda a ordem não realizadas e condições gerais da população instáveis levam à constatação de que:

[...] seis anos depois da posse, o governo Fernando Henrique fez jus aos seus inebriantes prognósticos? Êxitos houve, sem dúvida, especialmente na área econômica. A abertura da economia, dando continuidade ao que o seu antecessor, Fernando Collor de Mello, havia começado, avançou rapidamente; setores importantes foram abertos ao investimento estrangeiro, grandes empresas estatais foram privatizadas e o comércio exterior foi liberalizado [...] em outras áreas, porém, o progresso foi lento e desigual (AMES, 2003, p. 16 e 17).

Essas “outras áreas” relativizadas por Ames são exatamente as que destacamos anteriormente e às quais podemos agregar: reformas agrária, tributária e política, maior investimento na educação com a criação de universidades e escolas técnicas, diminuição da desigualdade e uma mais justa distribuição de renda. Mas ao contrário disso, o que se verificou foi uma atuação totalmente alinhada aos pressupostos ditos liberais e, como consequências, podemos agregar o que Pinheiro (1999, p. 19) informa:

A partir de 1995, o alcance da privatização seria enormemente ampliado por meio de dois movimentos quase simultâneos: a decisão de acabar com os monopólios do setor público na área de

infraestrutura e a decisão dos governos estaduais de também desenvolver seus próprios programas de privatização [...]. Ao todo, as 80 privatizações do período 1995-1998 somaram US\$ 60,1 bilhões em receitas e permitiram a transferência de US\$ 13,3 bilhões em dívidas.

A década de 1990 pode ser vista, então, como a maior onda de privatizações no Brasil e uma das mais expressivas do mundo. No período, o “Brasil privatizou 119 empresas estatais, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em receitas e [...] as receitas totais com a privatização em todos os países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) somavam US\$ 153,5 bilhões” (PINHEIRO, 1999, p. 178). Com isto, para o governo que se seguiu, como é possível deduzir, foi indispensável implementar uma política alinhada ao neocorporativismo, uma ação de reestatização vinculada ao fortalecimento das empresas ainda estatais.

5 REORIENTANDO O ESTADO PARA UMA ATUAÇÃO SOCIAL

A operação-chave para caracterizar o atual capitalismo de Estado neocorporativista brasileiro, segundo Costa (2014b, p. 298), foi “a capitalização da Petrobras, a maior empresa brasileira, concluída no final de setembro de 2010. Ela aumentou a participação da União na empresa, rendeu cerca de R\$ 30 bilhões ao Tesouro Nacional”.

Essa iniciativa, ao lado das ações implementadas para obter-se o controle da Vale, mostra claramente o projeto implementado pelo Governo iniciado em 2003, sempre apontando para uma atitude proativa na condução dos investimentos econômicos.

Costa (2014b) ressalta que as ações do governo até 2013 superaram os desafios na alocação de recursos e, por isso, para o quadriênio 2013-2016, esperava-se que ocorreria um crescimento de aproximados 30% de investimento em relação ao quadriênio anterior, voltados especialmente para

as áreas de petróleo, gás e infraestrutura. Para tal, são adotadas as abordagens sistêmica e dinâmica em detrimento da abordagem neoliberal. Essa última é o modelo utilizado pelos ortodoxos para alocar recursos para os investimentos e tem com fundamento básico o nível de poupança da população. Como os brasileiros têm uma baixa taxa de poupança, os investimentos ficam comprometidos.

De outro lado, conforme apresenta Cano (2013), o Brasil tem uma capacidade inovadora muito baixa, como constata o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), afirmando que do total de 4,4 milhões de empresas, só seis mil realizam atividades de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), e a razão disso reside na fragilidade de sua política industrial. Como exemplo, cita-se a crise do setor automobilístico de 2008/2009, quando parte dela teve mais a ver com a política de valorização cambial do que com problemas do mercado interno. Esse setor foi, todavia, o mais beneficiado pelas políticas de combate à crise, tendo recebido os maiores financiamentos e grandes reduções de impostos.

Sem dúvida, a questão mais crucial de nossa política econômica, haja vista a enorme dimensão de suas necessidades e a limitação de suas atuais fontes, é a do estrangulamento do financiamento de longo prazo, principalmente para a infraestrutura, indústria pesada e de maior complexidade tecnológica, não obstante os esforços recentes de forte ampliação do crédito de longo prazo por parte dos bancos públicos, notadamente pelo BNDES (CANO, 2013).

Costa (2014b, p. 303) ressalta a importância de uma abordagem sistêmica da questão por meio da qual “o desenvolvimento do mercado de capitais poderá ajudar o capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil, tanto com previdência complementar, quanto com *funding* para financiamento em longo prazo”. E para a captação desses *funding* o governo promoveu incentivos fiscais em títulos direcionados a projetos da área da infraestrutura. Com isso, a contar do ano de 2012, o valor desses fundos se ampliou em mais de trinta vezes, saindo de menos de 12 bilhões em

2002 para mais de 400 bilhões em 2012 (COSTA, 2014b, p. 304). E uma abordagem dinâmica dessa situação entra como complementar da anterior, pois nessa interação “o sistema bancário multiplica a quantidade de moeda à medida que empresta” (COSTA, 2014a, p. 305).

Outra fonte possível de financiamento é, ou pode ser, os valores dos muito ricos da sociedade brasileira. De acordo com Costa (2014a, p. 306),

[...] os bilionários brasileiros na lista da revista Forbes tem se elevado anualmente. Passou de dezoito para trinta, entre 2010 e 2011, quando suas fortunas somaram US\$ 131,3 bilhões. Em 2012, o patrimônio de 36 deles somava US\$ 151 bilhões. Em 2013, este número subiu para 46 pessoas que, juntas, possuíam US\$ 189,3 bilhões.

Num rápido cálculo pode-se deduzir que a riqueza desse seleto grupo é formada por valores que provêm de fora do grupo, ou seja, os novos bilionários estão ganhando suas fortunas de camadas menos afortunadas da população. Na imagem muito comum da pirâmide social, percebe-se que esse grupo do mais alto nível da pirâmide está chegando a esse posto com valores provindos da base ou do meio dela. Pode também ser dinheiro conquistado em novos negócios, mas, ainda assim, compreende-se que essa riqueza não está sendo distribuída na sociedade, pois novos negócios também necessitariam do trabalho da sociedade, que não conseguiria apropriar-se de parte importante desses lucros. Se para o grupo dos 36 bilionários, a média da fortuna de cada um era de 4,2 bilhões de reais, um ano depois, quando esse número de muito ricos passa para 46, a média dos valores é praticamente a mesma, o que representa pouco mais de 4,1 bilhões de reais para cada.

E saindo dessa esfera de poucas dezenas de pessoas bilionárias, para os 71 mil mais ricos do Brasil, quer dizer, aqueles que em 2013 ganharam em média R\$ 4,1 milhões, o imposto de renda pago por eles foi de somente 7%, quando a alíquota máxima é 27,5%. Esse é um dos motivos pelos quais “a concentração de renda brasileira supera qualquer outro país

com informações disponíveis, [pois aqui] o décimo mais rico se apropria de metade da renda das famílias brasileiras (52%)”, conforme os dados apresentados em artigo de Gobetti e Orair (2016) publicado pelo jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil.

Esses valores, ao menos em parte, são aplicados em fundos de investimentos ou em outro modo de rendimento e acabam sendo utilizados nos empréstimos ao setor produtivo, tanto da iniciativa privada, quando do governo. Contudo, pelas características que possuem, esses valores podem facilmente migrar para tipos de aplicações que dificultem o acesso para financiamentos. Um dos motivos disso ocorrer é o fato de o Brasil ainda ter extrema dificuldade em captar fundos de longo prazo, o que poderia ser atrativo para essas fortunas. E isso não ocorrendo, além delas pagarem poucos impostos, ainda são de difícil utilização no retorno à sociedade na forma de empréstimos.

Outra fonte que o governo tem utilizado para dinamizar sua interferência na economia são os fundos de pensões (pertencentes a seis milhões de pessoas), que alcançavam, em dezembro de 2012, R\$ 668 bilhões (e, apenas para comparar, a riqueza pessoal dos 36 bilionários nesse mesmo ano equivalia a 57% dessa riqueza corporativa). Entre os fundos de pensões, os sete maiores são: Previ, Petros, FUNCEF, Fundação CESP, Fundação Itaú Unibanco, Valia e Fundação Sistel de Seguridade Social.

Mas também as contas bancárias de menor expressão monetária aumentaram (tanto as de depósitos à vista, a prazo, de poupança, letra de crédito imobiliário e outros), passando de cerca de 75 milhões para 175 milhões, aumentando 100 milhões entre dezembro de 1999 e dezembro de 2011. E os valores depositados nessas contas, retirando-se a inflação, aumentaram de R\$ 246 bilhões para R\$ 1.331 bilhões, ou seja, multiplicaram-se mais de cinco vezes no período, com o saldo que passou de 25% do PIB para 32% do PIB (COSTA, 2014a, p. 307-308).

Assim, se em dezembro de 2002 a relação crédito/PIB era 21,8% do PIB, com saldo de R\$ 378,3 bilhões, dez anos depois, o estoque total de

operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 2,37 trilhões, correspondendo a 53,6% do PIB, isto é, 32 pontos percentuais a mais. Com isso, “se antes esta relação do Brasil superava apenas as dos países da América Latina, exceto a do Chile, hoje, supera até a mediana desta relação dos países emergentes do Leste Europeu, que é 45% do PIB” (COSTA, 2014a., p. 313).

O sistema financeiro nacional obteve então *funding* para lastrear esse crescimento decenal do crédito com a disponibilidade de recursos nos mercados doméstico e externo, elevando a liquidez do sistema bancário. Isso aconteceu principalmente pelo aumento do prazo médio das captações bancárias e dos ativos de alta liquidez. Conforme Costa (2014), trata-se do aumento de captações estáveis, depósitos em poupança, títulos, Letras Financeiras (LF), Letras Financeiras Subordinadas (LFS), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

É importante perceber que o Brasil desenvolveu inovações financeiras para captação de *funding*, captando passivos de longo prazo e alongando o perfil do endividamento na economia brasileira. Entre as quatro maiores fontes de recursos estão o autofinanciamento, investimento direto estrangeiro, bancos e mercado de capitais, que mutuamente se complementam devido às diferenças de prazos e custos. Entre alguns instrumentos que foram criados para dinamizar a economia, podemos citar: debêntures – títulos emitidos por sociedade anônima, com garantia de seu patrimônio, para obter recursos em médio e longo prazo; letras financeiras – instrumentos para gerenciar a liquidez e/ou os hiatos de *durations*, possibilitando aos bancos emitir títulos de dívida privada no mercado local; a modalidade de *Project Finance* – forma de financiamento em que a garantia do empréstimo é o próprio fluxo de caixa do projeto em operação (COSTA, 2014).

Ainda na busca por potencializar ações macroeconômicas de novas fontes de financiamento do investimento, mesmo tarde, em relação a outros países, o Brasil aprovou o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP) em 2008, que fez com que o deficit da

Previdência Social dos servidores diminuísse, e instituiu o Fundo Soberano, um instrumento financeiro adotado por alguns países para utilização de parte de suas reservas internacionais em aplicações financeiras e/ou investimentos sociais. Esses fundos soberanos administram recursos provenientes, em sua maioria, da venda de minerais, petróleo, exportações de *commodities* e produtos industrializados (COSTA, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o período abrangido pelo estudo (até 2013), percebe-se o Brasil como um país com enormes potencialidades, com grande quantidade de capital alocado em poupanças, necessitando de estímulos para que o mercado seja dinamizado, compreendendo-se que muitas ações somente terão reflexos em longo prazo. E, se de um lado, pode-se identificar que o país inicia esse processo bem depois de outras nações, de outro, é razoável perceber que o Brasil tem como fatores positivos a estabilidade econômica e uma política com baixo grau de endividamento.

Um dos maiores desafios está em construir um plano de desenvolvimento em longo prazo, pois o Brasil vive sob a histórica visão de uma economia de “curtoprazistas”, centrando sua produção no câmbio, nos juros, na inflação e em regiões e cidades competitivas (CANO, 2013). Os avanços recentes dão indicativos de um direcionamento para um amadurecimento do Estado Nacional Neocorporativista. No entanto, ainda sentimos a necessidade de maiores investimentos em áreas estratégicas de inovação, tecnologia e industrialização, bem como de proteção da indústria interna.

REFERÊNCIAS

AMES, B. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BELIEIRO JÚNIOR, J. C. M. Um Novo capitalismo no Brasil? Estado, empresariado e fusões e aquisições na Era Lula. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 14, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 23 set. 2016.

CANO, W. Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 21, p. 35-73, dez. 2012/jul. 2013.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. Planejamento, democracia e desenvolvimento no Brasil: perspectivas à luz das capacidades estatais e instrumentos governamentais. In: CALIXTRE, B. C.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

COSTA, F. N. **Capitalismo de Estado Neocorporativista em Governos do PT**. São Paulo> Fundação Perseu Abramo, 2014a. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/capitalismo-de-estado-neocorporativista-em-governos-do-pt>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. Financiamento Interno de Longo Prazo. In: CALIXTRE, B. C.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014b, p. 295-328.

_____. **Capitalismo de Estado Neocorporativista**. Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, Campinas, n. 207, jul. 2012.

DEVEREUX, Charlie. Lei Argentina de PPP pode elevar financiamento em US\$ 90 bi. **UOL**, Economia, [S.l.], 07 jun. 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2016/06/07/lei-argentina-de-ppp-pode-elevar-financiamento-em-us-90-bi.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

FILHO, E. T. T.; COSTA, F. N. BNDES e o financiamento do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 975-1009, dez. 2012.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. **Sistema Tributário Brasileiro** – o paraíso dos super ricos. Artigo. *Jornal Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Informações de José Prata Araújo**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 26 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Série Histórica do PIB**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2016.

JUNIOR, C. C.; SIQUEIRA, C. H. R. de. A História como método e a Centralidade do Estado para o desenvolvimento das nações. In: CARDOSO JR, C. (Org.). **Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro**: contribuições do conselho de orientação do Ipea. Brasília: IPEA, 2009.

MERCANTE, C. As centrais sindicais e o neocorporativismo à brasileira. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 267-287, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/vol-5-n-1/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PINHEIRO, A. C. As Reformas Estruturais – Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Org.). **A Economia Brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 147-182.

ROCHA, D. Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 51, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 set. 2016.

SILVA, E. C. **Atuação do empresariado brasileiro no governo Lula**: o posicionamento da CNI sobre questões internacionais. São Paulo, 2011. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11062012-141027/pt-br.php>>. Acesso em: 23 set. 2016.